

# TJ-CE

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO CEARÁ

## ANALISTA JUDICIÁRIO ASSISTENTE SOCIAL



APOSTILA  
COMPLETA



MATERIAL PARA  
DOWNLOAD



TEORIA E  
QUESTÕES



EDITAL Nº 01/2026 - ABERTURA DE INSCRIÇÕES

# AVISO IMPORTANTE:

Este é um Material de Demonstração!

Este arquivo é apenas uma amostra do conteúdo completo da Apostila. Aqui você encontrará algumas páginas selecionadas para que possa conhecer a qualidade, estrutura e metodologia do nosso material. No entanto, esta não é a apostila completa.

## POR QUE INVESTIR NA APOSTILA COMPLETA?

- × Conteúdo totalmente alinhado ao edital
- × Teoria clara, objetiva e sempre atualizada
- × Diferentes práticas que otimizam seus estudos

Ter o material certo em mãos transforma sua preparação e aproxima você da **APROVAÇÃO**.

× Garanta agora o acesso completo e aumente suas chances de aprovação:  
<https://www.maxieduca.com.br>



**TJ - CE**

*Analista Judiciário – Assistente Social*

## LÍNGUA PORTUGUESA

|  |     |
|--|-----|
| Ortografia.....  | 1   |
| Acentuação.....  | 10  |
| Emprego do sinal indicativo de crase.....  | 13  |
| Compreensão e interpretação de textos de gêneros variados.....   | 17  |
| Relação do texto com seu contexto histórico.....   | 22  |
| Denotação e conotação. Sinonímia e antonímia.....  | 26  |
| Discurso direto, discurso indireto e discurso indireto livre.....  | 27  |
| Intertextualidade.....   | 32  |
| Figuras de linguagem.....  | 36  |
| Morfossintaxe. Coordenação e subordinação.....   | 41  |
| Elementos estruturais e processos de formação de palavras.....   | 47  |
| Pontuação.....   | 52  |
| Pronomes.....  | 56  |
| Concordância nominal e concordância verbal.....  | 59  |
| Flexão nominal e flexão verbal. Vozes do verbo. Correlação de tempos e modos verbais.....  | 65  |
| Regência nominal e regência verbal.....  | 70  |
| Conectivos.....  | 77  |
| Redação (confronto e reconhecimento de frases corretas e incorretas; organização e reorganização de orações e períodos; equivalência e transformação de estruturas)... | 79  |
| QUESTÕES.....  | 89  |
| GABARITO.....  | 102 |

## RACIOCÍNIO LÓGICO-MATEMÁTICO

|   |    |
|---|----|
| Estrutura lógica de relações arbitrárias entre pessoas, lugares, objetos ou eventos fictícios; deduzir novas informações das relações fornecidas e avaliar as condições usadas para estabelecer a estrutura daquelas relações. Compreensão do processo lógico que, a partir de um conjunto de hipóteses, conduz, de forma válida, a conclusões determinadas. formação de conceitos, discriminação de elementos..... | 1  |
| Compreensão e elaboração da lógica das situações por meio de: raciocínio verbal ...   | 20 |
| Raciocínio matemático.....  | 26 |

SUMÁRIO

# SUMÁRIO



|  |    |
|--|----|
| Raciocínio sequencial, orientação espacial e temporal .....  | 46 |
| Noções básicas de proporcionalidade e porcentagem: problemas envolvendo regra de três simples, cálculos de porcentagem, acréscimos e descontos.....  | 52 |
| Noções de Estatística: medidas de tendência central (moda, mediana, média aritmética simples e ponderada) e de dispersão (desvio médio, amplitude, variância, desvio padrão); leitura e interpretação de gráficos (histogramas, setores, infográficos) e tabelas ..... | 58 |
| QUESTÕES.....  | 70 |
| GABARITO .....   | 80 |

## NOÇÕES SOBRE DIREITOS DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA (RESOLUÇÃO CSJT Nº 386/2024 - ART. 6º)

|  |    |
|--|----|
| Inclusão, direitos e garantias legais e constitucionais das pessoas com deficiência (Lei nº 13.146/2015; Lei nº 11.126/2005 e Constituição Federal) .....                            | 1  |
| Normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida (Lei nº 10.098/2000 e Decreto 5.296/2004) ..... | 33 |
| Prioridade de atendimento às pessoas portadoras de deficiência (Lei nº 10.048/2000 e Decreto 5.296/2004).....  | 56 |
| Direitos no sistema de transporte coletivo (Lei nº 8.899/1994 e Decreto 3.691/2000) .  | 75 |
| Símbolo de identificação de pessoas portadoras de deficiência auditiva (Lei nº 8.160/1991) .....   | 76 |
| Normas de apoio às pessoas portadoras de deficiência e sua integração social (Lei nº 7.853/1989 e Decreto 3.298/1999).....   | 76 |
| Questões .....   | 92 |
| Gabarito.....  | 98 |

## LEGISLAÇÃO

|  |    |
|--|----|
| Lei Estadual nº 9.826/1974 (Estatuto dos Funcionários Públicos Civis do Estado do Ceará) e suas alterações .....         | 1  |
| Legislação Previdenciária do Ceará. Lei Estadual nº 16.397/2017 (Lei de Organização Judiciária do Estado do Ceará) ..... | 1  |
| Questões .....   | 42 |
| Gabarito.....  | 48 |



## CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

|   |     |
|---|-----|
| Fundamentos teóricos e históricos do Serviço Social.....  | 1   |
| Elementos constitutivos do Serviço Social e dimensões da competência profissional: ético-política, teórico-metodológica, técnico-operativa e críticoinvestigativa .....   | 4   |
| Instrumentos de Intervenção Profissional e Documentos Técnicos em Serviço Social  | 9   |
| Gestão e Planejamento em Serviço Social: análise institucional, instrumentos e técnicas de elaboração, monitoramento, assessoria/consultoria, supervisão e avaliação de planos, programas e projetos sociais.....                                 | 17  |
| Pesquisa em Serviço Social: importância e aplicação, abordagens quanti-qualitativas na pesquisa social e análise de dados.....  | 21  |
| Regimes políticos e Cidadania - Relação Estado, Sociedade e Movimentos Sociais - A questão social e suas expressões no Brasil contemporâneo - O neoliberalismo e a exclusão social .....  | 24  |
| Direitos Humanos e Políticas Públicas no Brasil - Atuação do Serviço Social na defesa e garantia dos direitos da população em situação de risco e vulnerabilidade social ....   | 30  |
| Trabalho em equipe interprofissional e atuação multidisciplinar: relacionamento e competências .....  | 34  |
| Noções gerais do Direito de Família: conceito e configurações contemporâneas, relações parentais, violência doméstica, e os institutos complementares da Guarda, Adoção, Tutela, Curatela, Interdição e Ausência .....                            | 41  |
| Noções Gerais do Direito do Trabalho: relações empregatícias e direitos sociais dos trabalhadores - Transformações no mundo do trabalho: a 4ª Revolução Industrial - A precarização das relações, das condições e da organização do trabalho..... | 45  |
| A organização do Estado e seus Poderes: Executivo, Legislativo e Judiciário - Órgãos de governança do Poder Judiciário (CNJ, CSJT, CNMP) .....  | 51  |
| Planejamento Estratégico e Gestão Participativa .....   | 95  |
| Cultura Organizacional na Administração Pública e Clima Organizacional .....  | 106 |
| Comunicação Eficaz e Administração de conflitos nas relações socioprofissionais .....   | 112 |
| Assédio moral e sexual – conceitos e estratégias de enfrentamento .....   | 117 |
| Formação de Lideranças Gerenciais e Desenvolvimento de Equipes.....   | 118 |
| Desempenho funcional: motivação, aprendizagem, competências e feedback - Readaptação funcional.....   | 124 |
| Avaliação biopsicossocial da deficiência.....   | 130 |
| Saúde ocupacional, Qualidade de Vida no Trabalho e Fatores de Riscos Psicossociais.....   | 136 |
| Noções Gerais em Psicopatologia e Psicodinâmica do Trabalho .....   | 144 |
| Questões .....  | 147 |
| Gabarito.....   | 155 |



A ortografia oficial da língua portuguesa trata das regras que orientam a escrita correta das palavras, garantindo a padronização e a clareza na comunicação. Essas normas são fundamentais para a uniformidade da língua escrita, tanto em contextos formais quanto informais. Ao longo do tempo, o português passou por diversas reformas ortográficas, sendo a mais recente o Novo Acordo Ortográfico, que trouxe algumas mudanças na grafia de palavras e na inclusão de certas letras no alfabeto oficial.

Aprender a ortografia correta de uma língua exige prática, e a leitura é uma das ferramentas mais eficazes para alcançar esse objetivo. A leitura regular não apenas amplia o vocabulário, mas também auxilia na memorização das grafias, uma vez que expõe o leitor a diferentes padrões e contextos. No entanto, apesar da existência de regras claras, a ortografia do português é repleta de exceções, exigindo atenção redobrada dos falantes.

Neste texto, serão abordadas as principais regras ortográficas do português, com destaque para dúvidas comuns entre os falantes. Desde o uso das letras do alfabeto até as regras para o emprego de X, S e Z, veremos como essas normas são aplicadas e quais são os erros mais frequentes. Além disso, exploraremos a distinção entre parônimos e homônimos, palavras que, por sua semelhança gráfica ou sonora, costumam causar confusão.

## O ALFABETO NA LÍNGUA PORTUGUESA

O alfabeto da língua portuguesa é composto por 26 letras, sendo que cada uma possui um som e uma função específica na formação de palavras. Essas letras estão divididas em dois grupos principais: vogais e consoantes. As vogais são cinco: A, E, I, O, U, enquanto as demais letras do alfabeto são classificadas como consoantes.

A principal função das vogais é servir de núcleo das sílabas, enquanto as consoantes têm a função de apoiar as vogais na formação de sílabas e palavras. Essa divisão permite uma vasta combinação de sons, o que torna o português uma língua rica e complexa em termos de fonologia e grafia.

### ► Inclusão das Letras K, W e Y

Com a implementação do Novo Acordo Ortográfico, assinado pelos países lusófonos em 1990 e efetivado em 2009, houve a reintrodução das letras K, W e Y no alfabeto oficial da língua portuguesa. Essas letras, que anteriormente eram consideradas estranhas ao alfabeto, passaram a ser aceitas oficialmente em determinadas circunstâncias específicas.

As letras K, W e Y são utilizadas em:

- **Nomes próprios estrangeiros:** Ex.: Kátia, William, Yakov.
- **Abreviaturas e símbolos internacionais:** Ex.: km (quilômetro), watts (W).

O objetivo dessa inclusão foi alinhar a ortografia portuguesa com o uso global dessas letras em contextos internacionais, especialmente para garantir a correta grafia de nomes e símbolos que fazem parte da cultura e ciência contemporâneas.

### ► Relevância do Alfabeto para a Ortografia

Compreender o alfabeto e suas características é o primeiro passo para dominar a ortografia oficial. A combinação correta das letras, assim como o reconhecimento dos sons que elas representam, é fundamental para escrever com precisão. A distinção entre vogais e consoantes e o uso adequado das letras adicionadas pelo Acordo Ortográfico são pilares essenciais para evitar erros na grafia de palavras.

A familiaridade com o alfabeto também ajuda a identificar casos de empréstimos linguísticos e termos estrangeiros que foram incorporados ao português, reforçando a necessidade de se adaptar às mudanças ortográficas que ocorrem com o tempo.



A habilidade de discernir e construir relações lógicas entre entidades diversas é uma competência fundamental no pensamento analítico. Ela permite que um indivíduo percorra informações e estabeleça conexões significativas, mesmo quando os elementos envolvidos são abstratos ou hipotéticos. Ao explorar este domínio, desenvolve-se a capacidade de extrair conclusões válidas e verificar a solidez das premissas subjacentes. Tal habilidade é crucial para a resolução de problemas complexos e para a tomada de decisões informadas em uma variedade de contextos.

Agora, veremos os conteúdos necessários para aprimorar essa habilidade:

### LÓGICA PROPOSICIONAL

Uma proposição é um conjunto de palavras ou símbolos que expressa um pensamento ou uma ideia completa, transmitindo um juízo sobre algo. Uma proposição afirma fatos ou ideias que podemos classificar como verdadeiros ou falsos. Esse é o ponto central do estudo lógico, onde analisamos e manipulamos proposições para extrair conclusões.

#### ▸ Valores Lógicos

Os valores lógicos possíveis para uma proposição são:

- Verdadeiro (V), caso a proposição seja verdadeira.
- Falso (F), caso a proposição seja falsa.

Esse fato faz com que cada proposição seja considerada uma declaração monovalente, pois admite apenas um valor lógico: verdadeiro ou falso.

#### ▸ Axiomas fundamentais

Os valores lógicos seguem três axiomas fundamentais:

▪ **Princípio da Identidade:** uma proposição é idêntica a si mesma. Em termos simples:  $p \equiv p$ . Exemplo: “Hoje é segunda-feira” é a mesma proposição em qualquer contexto lógico.

▪ **Princípio da Não Contradição:** uma proposição não pode ser verdadeira e falsa ao mesmo tempo. Exemplo: “O céu é azul e não azul” é uma contradição.

▪ **Princípio do Terceiro Excluído:** toda proposição é ou verdadeira ou falsa, não existindo um terceiro caso possível. Ou seja: “Toda proposição tem um, e somente um, dos valores lógicos: V ou F.” Exemplo: “Está chovendo ou não está chovendo” é sempre verdadeiro, sem meio-termo.

#### ▸ Classificação das Proposições

Para entender melhor as proposições, é útil classificá-las em dois tipos principais:

##### Sentenças Abertas

São sentenças para as quais não se pode atribuir um valor lógico verdadeiro ou falso, pois elas não exprimem um fato completo ou específico. São exemplos de sentenças abertas:

- Frases interrogativas: “Quando será a prova?”
- Frases exclamativas: “Que maravilhosos!”
- Frases imperativas: “Desligue a televisão.”



## LEI Nº 13.146, DE 6 DE JULHO DE 2015.

Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência).

**A PRESIDENTA DA REPÚBLICA** Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

### LIVRO I PARTE GERAL

#### TÍTULO I DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

##### CAPÍTULO I DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 1º É instituída a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência), destinada a assegurar e a promover, em condições de igualdade, o exercício dos direitos e das liberdades fundamentais por pessoa com deficiência, visando à sua inclusão social e cidadania.

Parágrafo único. Esta Lei tem como base a Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e seu Protocolo Facultativo, ratificados pelo Congresso Nacional por meio do Decreto Legislativo nº 186, de 9 de julho de 2008, em conformidade com o procedimento previsto no § 3º do art. 5º da Constituição da República Federativa do Brasil, em vigor para o Brasil, no plano jurídico externo, desde 31 de agosto de 2008, e promulgados pelo Decreto nº 6.949, de 25 de agosto de 2009, data de início de sua vigência no plano interno.

Art. 2º Considera-se pessoa com deficiência aquela que tem impedimento de longo prazo de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, o qual, em interação com uma ou mais barreiras, pode obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade em igualdade de condições com as demais pessoas.

§ 1º A avaliação da deficiência, quando necessária, será biopsicossocial, realizada por equipe multiprofissional e interdisciplinar e considerará: (Vigência) (Vide Decreto nº 11.063, de 2022)

I - os impedimentos nas funções e nas estruturas do corpo;

II - os fatores socioambientais, psicológicos e pessoais;

III - a limitação no desempenho de atividades; e

IV - a restrição de participação.

§ 2º O Poder Executivo criará instrumentos para avaliação da deficiência. (Vide Lei nº 13.846, de 2019) (Vide Lei nº 14.126, de 2021) (Vide Lei nº 14.768, de 2023)

§ 3º O exame médico-pericial componente da avaliação biopsicossocial da deficiência de que trata o § 1º deste artigo poderá ser realizado com o uso de tecnologia de telemedicina ou por análise documental conforme situações e requisitos definidos em regulamento. (Incluído pela Lei nº 14.724, de 2023)

Art. 2º-A. É instituído o cordão de fita com desenhos de girassóis como símbolo nacional de identificação de pessoas com deficiências ocultas. (Incluído pela Lei nº 14.624, de 2023)

§ 1º O uso do símbolo de que trata o caput deste artigo é opcional, e sua ausência não prejudica o exercício de direitos e garantias previstos em lei. (Incluído pela Lei nº 14.624, de 2023)



**Prezado(a),**

Para estudo do tópico solicitado pelo edital, indicamos que verifique o material complementar. É necessário copiar e colar o link a seguir diretamente em seu navegador para ter acesso ao conteúdo:

**<https://www.mpce.mp.br/wp-content/uploads/2019/07/Estatuto-dos-Funcionarios-Publicos-Civis-Lei-nº-9.826-74-versão-atualizada-até-2017.pdf>**

A indicação se dá devido ao formato e extensão do material em questão, que não cabe na estrutura de nossas apostilas. Por isso, e para manter protegidos os direitos autorais do conteúdo, sugerimos acesso direto na fonte oficial e estudo do documento tal como solicitado pelo edital.

Bons estudos!



**LEI N.º 16.397, DE 14.11.17 (D.O. 16.11.17)**

**DISPÕE SOBRE A ORGANIZAÇÃO JUDICIÁRIA DO ESTADO DO CEARÁ.  
A ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO CEARÁ D E C R E T A:**

**LIVRO I  
DA ORGANIZAÇÃO JUDICIÁRIA**

**TÍTULO I  
DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES**

Art. 1º Esta Lei dispõe sobre a organização judiciária do Estado do Ceará, compreendendo a estrutura e o funcionamento do Poder Judiciário e de seus serviços auxiliares, observados os princípios definidos nas Constituições Federal e Estadual.

Art. 2º Ao Poder Judiciário do Estado do Ceará é assegurada autonomia administrativa e financeira.

Art. 3º Compete privativamente ao Tribunal de Justiça do Estado do Ceará a iniciativa de lei que disponha sobre a organização judiciária estadual e a criação de unidades judiciárias, bem como a elaboração de seu regimento interno, disciplinando a composição e as atribuições de seus órgãos, o processo e o julgamento dos feitos de sua competência e a disciplina dos seus serviços.

**TÍTULO II  
DA DIVISÃO JUDICIÁRIA**

**CAPÍTULO ÚNICO  
DAS CIRCUNSCRIÇÕES JUDICIÁRIAS**

Art. 4º O território do Estado do Ceará, para fins de administração do Poder Judiciário estadual, divide-se em comarcas sedes e comarcas vinculadas, as quais, por sua vez, se dividem em distritos judiciários, na forma descrita no anexo I desta Lei.



### ▸ Introdução

O Serviço Social, enquanto profissão e campo de conhecimento, evoluiu significativamente ao longo do tempo, moldando-se e adaptando-se a partir de diversas influências teóricas e filosóficas. Desde suas origens, inserido em um contexto de respostas às questões sociais emergentes no início do século XX, até sua configuração contemporânea, o Serviço Social tem sido marcado por um diálogo constante com diferentes correntes de pensamento.

Essas correntes, que vão desde o positivismo e o funcionalismo até o marxismo e as teorias críticas, desempenharam papéis fundamentais na construção teórico-metodológica da profissão, influenciando tanto a forma como os problemas sociais são compreendidos quanto os métodos de intervenção adotados pelos profissionais.

A compreensão dessas influências é essencial para a formação e a atuação de assistentes sociais, uma vez que fornece uma base sólida para a análise crítica das realidades sociais e para a intervenção qualificada nas múltiplas dimensões da vida social. Este texto propõe-se a explorar as principais correntes teóricas e filosóficas que contribuíram para a construção do arcabouço teórico-metodológico do Serviço Social, destacando seus impactos e desdobramentos na prática profissional.

### ▸ A Construção Histórica do Serviço Social

O Serviço Social, enquanto profissão, teve seu surgimento vinculado às transformações sociais e econômicas que ocorreram no final do século XIX e início do século XX, especialmente em resposta às consequências da Revolução Industrial.

Esse período foi marcado por profundas mudanças na estrutura social, que geraram novas questões e desafios, como a urbanização acelerada, o crescimento das desigualdades sociais e a precarização das condições de vida de grandes parcelas da população.

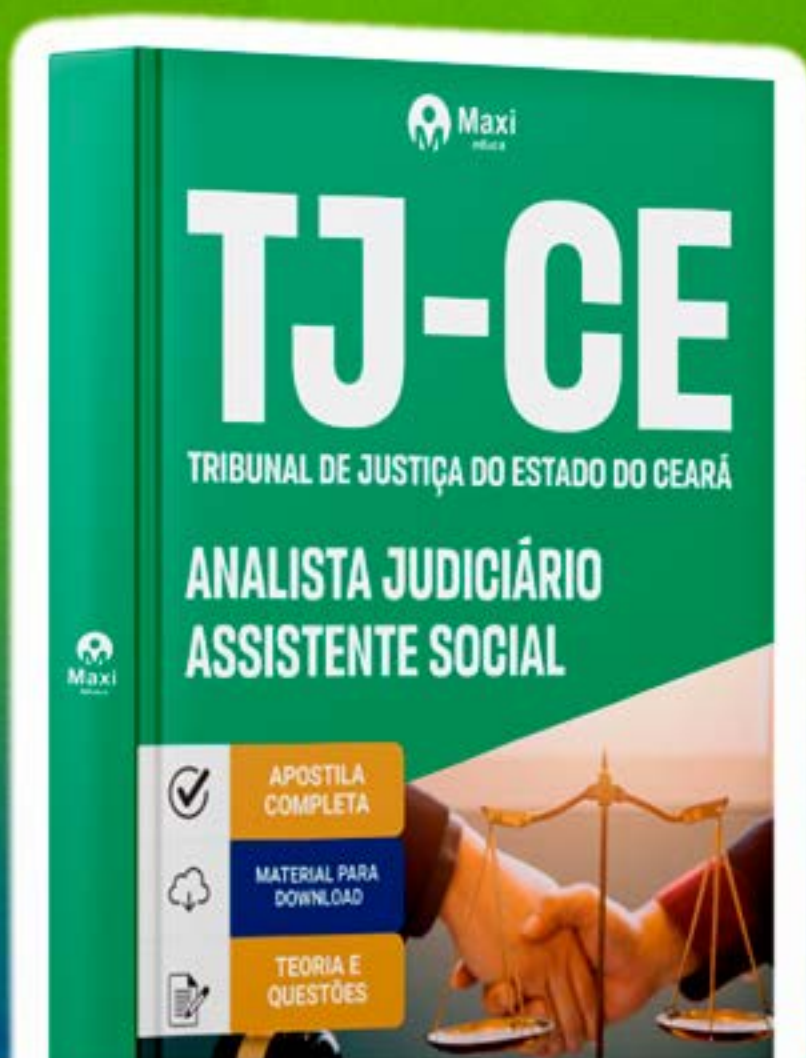
### ▸ As Primeiras Práticas e a Influência da Caridade

As primeiras iniciativas que deram origem ao Serviço Social estavam fortemente ligadas à caridade e à filantropia, práticas comuns nas sociedades europeias e norte-americanas do século XIX. Essas práticas eram, em grande parte, conduzidas por organizações religiosas e grupos de voluntários que buscavam mitigar os efeitos da pobreza e da exclusão social. Nesse contexto, as intervenções eram marcadas por um caráter assistencialista e moralizador, onde o “pobre” era visto como um objeto de caridade e controle social.

No Brasil, o Serviço Social começou a se estruturar institucionalmente a partir da década de 1930, durante o processo de industrialização e urbanização do país. A criação das primeiras Escolas de Serviço Social, como a Escola de Serviço Social de São Paulo (1936) e a Escola de Serviço Social do Rio de Janeiro (1937), reflete a necessidade de uma formação profissional que fosse além da caridade religiosa, buscando uma intervenção mais técnica e organizada.

### ▸ A Influência do Positivismo e do Funcionalismo

Nas primeiras décadas do século XX, o Serviço Social passou a buscar legitimidade científica, apoiando-se em teorias positivistas e funcionalistas. O positivismo, com sua ênfase na observação empírica e na objetividade científica, ofereceu uma base para que o Serviço Social se afirmasse como uma profissão técnica e especializada. Nessa fase, a prática profissional era orientada por métodos padronizados, que visavam à adaptação dos indivíduos às normas e valores sociais estabelecidos.



# GOSTOU DESSE MATERIAL?

A versão **COMPLETA** é o passo decisivo para você finalmente alcançar a aprovação e mudar sua vida. Ative agora seu **DESCONTO ESPECIAL!**

**QUERO MINHA APROVAÇÃO!**